

Sociedade de consumo e obsolescência programada: ascensão da sociedade de risco no Brasil no trato de descartes eletrônicos

ALEXANDRE TREVIZAN BORGES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

SOCIEDADE DE CONSUMO E OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: ASCENSÃO DA SOCIEDADE DE RISCO NO BRASIL NO TRATO DE DESCARTES ELETRÔNICOS

1 INTRODUÇÃO

O consumo é observado como principal responsável para que o sistema capitalista consiga se desenvolver e alcançar a maximização dos lucros. Para Baudrillard (2005) o consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação e moral, como instituição. Compõe um sistema de valores com tudo o que este termo implica, enquanto função de integração do grupo e de controle social. Por conseguinte, a sociedade apresenta mudanças de suas características de consumo que, em vários momentos, são promovidas pelo homem em prol de sua sobrevivência, porém, não afirmando que tais atitudes sejam apenas voltadas para a subsistência.

Fatos históricos, a pontuar a própria revolução industrial, marcam o aspecto de uma sociedade voltada a acumular capital o qual, por sua vez, adquire uma conotação de poder e com isto alimenta o surgimento das classes sociais. Classes estas direcionadas ao consumo de inúmeros produtos, que muitas vezes, estão distantes de suas necessidades básicas, contudo muito próximos de um falso sentimento de felicidade promovido pela “igualdade”, de aquisição de determinado bem.

“A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para realizar por si mesmo. Advém-lhe, sócio-históricamente, do fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, na sociedade moderna, o mito da Igualdade” (Baudrillard, 2005, p. 47).

Segundo Tigre (2006) por uma lógica do capitalismo, a “roda da economia” não pode parar e a inovação atua como a mola propulsora da obsolescência programada conforme a teoria da destruição criadora, apresentada por Joseph Schumpeter na metade do século XX através de sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia (1942)”, em suas argumentações considera que a necessidade criar produtos, processos e destruí-los proporciona ao mercado novas vontades de consumo e com isto a dinâmica da economia se mantém.

Desta forma, ao longo dos tempos surge um ferramental que possui o poder de promover as idéias de quem o melhor remunere, a mídia que fortalece uma sociedade de consumo que aparentemente não apresenta preocupações com dejetos de uma parafernália eletrônica que contribui para atual crise ambiental, em tempo, ressalta que Schumpeter entende o capitalismo como um método de mudança econômica, que não poderia ser considerado como estacionário sendo este impulsionador do capitalismo o mantendo em movimento através da criação de “novos produtos” fomentando assim, o consumo desta forma a indústria cria e destrói.

Se percebido que a inovação é a mola propulsora da obsolescência programada, logo, a tecnologia que faz parte da história da indústria moderna tem papel fundamental não somente em contribuir para intensificar o processo de produção, assim como, promover a necessidade de competitividade da indústria através da busca por custos cada vez menores. Porém, esse processo de reinvenção da manufatura, chamado por Karl Marx de maquinaria, por mais que tenha sido um marco na evolução histórica, já que sinalizava o quanto as inovações iriam facilitar a vida do homem, alertava, da mesma forma, que o colocaria em situações de desespero frente a sua atuação no mercado.

Dessa forma, de nada adiantaria a revolução industrial se o seu maior motivo de acontecer não fosse relacionado à necessidade de atender a demanda do mercado quanto à utilização de bens de consumo.

De acordo com Silva, Oliveira e Silva (2016, p. 2) “as origens da sociedade focada no consumo, em contraposição às tradicionais, voltadas para o trabalho e à produção, remontam movimentos comerciais ocorridos na Europa a partir do século XV que estimularam a revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII. A revolução industrial trouxe consigo o fortalecimento da acumulação de riqueza como um valor fundamental, apoiado na ética protestante, que propiciou a aceitação do modelo”.

Nesse contexto, a sociedade moderna ganha conotação de sociedade de risco, assim como proposto pelo autor alemão Ulrich Beck, no ano de 2010, em sua obra “A sociedade de Risco: rumo à nova modernidade”. Beck (2010) retrata as modificações que a sociedade moderna passa a sofrer - na esfera social, econômica, ambiental, política, tecnológica - e outras situações que promovem reflexão quanto ao futuro e a responsabilidade das tomadas de decisões que ocorreram ao longo da história e as consequências das mesmas para a sociedade atual.

Desta maneira a combinação entre o consumismo e estratégia de obsolescência dos produtos permeia um risco eminente de destruição da sociedade. Sendo esta, ocasionada pela própria degradação do meio ambiente em promoção de novas formas produtivas - seja o uso exagerado da tecnologia para criação de processos eficazes e econômicos do meio de produção, ou, pelo fato de criar mais e mais produtos com a intenção de promover o desuso de objetos que, até então, são entendidos como obsoletos e passam a não ter mais lugar nas residências e cujos descartes não pensados pelos fabricantes ocasionando assim o aumento expressivo de “lixões”.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

São inúmeras preocupações existentes, porém, este artigo tem a intenção promover a reflexão sobre o comportamento da sociedade perante os “riscos” impostos pela modernidade quanto aos seguintes aspectos: Como se manifesta a preocupação da sociedade com os descartes de produtos eletrônicos? Ou ainda, existe, por parte da mesma sociedade, a preocupação com a natureza, já que está é impactada diretamente pelas indústrias que procuram atender uma demanda de consumo de forma desenfreada?

O presente artigo não visa à proposição de soluções, procura compreender qual a preocupação da sociedade quanto os problemas de descarte dos objetos obsoletos proporcionados pelo consumismo apontados pelo autor Jean Baudrillard e como novas tecnologias podem impactar no futuro a luz da modernidade através de Anthony Giddens instaurando assim a sociedade de risco, proposta por Ulrich Beck.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A sociedade de consumo

Desde o século XVIII, por meio da revolução industrial, o homem busca otimizar seus processos fabris em prol de um aumento de capital e de melhores custos na produção de seus produtos, para, com isto, tornar os produtos mais atrativos e acessíveis para a sociedade, mesmo que isto implique na própria extinção do planeta. É importante ter a consciência que se todos os habitantes do planeta consumissem de forma igualitária com os países desenvolvidos, precisaríamos de quatro ou cinco planetas para suprir as necessidades dessa sociedade, dessa forma a ideologia do decrescimento entra em debate com os pensamentos do crescimento econômico que domina quase por completo (SILVA, 2012).

Sendo assim, quanto à afirmação de Silva (2012), o consumo é motivado pelos que detém melhores condições financeiras (os ricos). Estes acabam por influenciar a vontade dos

que não detém os mesmos recursos financeiros (os pobres), sendo que nessa busca pela “igualdade”, por vezes, acabam por tomar capital de terceiros, visando fazer aquisições que estão fora de sua realidade de subsistência.

O consumo pode ser incentivado pela vontade de um indivíduo se inserir em determinado grupo de pessoas que possuem características específicas, fazendo com que sejam estabelecida uma posição de *status* de acordo com o consumo. Para Lima (2010) a percepção de troca e a utilização de objetos são práticas que promovem vínculos entre os membros de uma sociedade.

O ato de consumir muitas vezes, se torna algo rotineiro que os indivíduos nem percebem que não necessitam de determinado objeto mas mesmo assim estão comprando.

Esta desigualdade apresentada também é um motivador de consumo, que através da mídia instiga a busca pela aquisição que instaura a sensação de liberdade de amenizar o “ego”. A qual pode ser compreendida a partir de Bauman (2008) que propõe que o consumo é aparentemente banal, já que ocorre como uma prática diária ligada a aspectos de sobrevivência de nós humanos e também a outros seres vivos. Porém, para o autor, o consumismo age opostamente ao consumo, pois está ligado a uma felicidade momentânea que vem e vai motivando a compra e substituição de objetos para assim se manter o sentimento de satisfação.

Segundo Baudrillard (2005) o sistema econômico de alta produtividade ainda é motivado pela sociedade de aprendizagem do consumo e também de iniciação social ao consumo, promovem a socialização em relação a emergência de novas forças produtivas e à reestruturação monopolista. Pode-se, deste modo, analisar implicitamente a necessidade de se possuir capital para a aquisição de bens, ou, no pior dos cenários, a aprovação de “crédito” o qual por sua vez proporciona um aprisionamento do indivíduo tomador com terceiros que detém os recursos.

Segundo Silva, Oliveira e Silva (2015) o endividamento é uma preocupação e problema social no atual modelo de consumo, em que se mantém pessoas fragilizadas e temerosas em perder seu emprego. Isso gera uma relação de angústia e antagonista ao prazer do consumo. Tais sentimentos promovem uma falsa identidade ao indivíduo.

O termo identidade é definido como o processo de construção de significado baseado em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais que estão inter-relacionados, acima de outras fontes de significado, gerando a possibilidade de existência de um ator social ou coletivo identidades múltiplas (CASTELLS, 1999).

Assim, gera se identidade sustentável que está associada ao fato de as pessoas passarem a consumir com mais consciência, adquirindo coisas/objetos que estão ligados à sua sobrevivência e não apenas por motivações ligadas ao prazer ou demonstração de poder.

Para Foladori (2001), a produção de mercadorias e o fato desta ação se realizar em prol de lucro, consiste em característica anteriormente abordada por Aristóteles e que efetivamente não consiste em produzir coisas úteis a sobrevivência do homem, mas sim está voltada a produção para a economia e destina a mesma ao mercado (cremástica ou seja, sem limites)

Desta forma, temos o homem escravizado em prol de sua satisfação proposta por um sistema o qual não mede esforços para conduzir a satisfação seus “colaboradores” que sem perceber consagram suas vidas em busca de possuir elementos/objetos que, na sociedade moderna, são vistos como termômetros de sucesso, realização profissional, ascensão pessoal enfim características subentendidas como necessárias para o homem de sucesso do tempo atual.

Logo, em reforço aos apontamentos efetuados anteriormente, percebe-se que a sociedade de consumo e sua influência junto à obsolescência programada, promovem o consumismo desenfreado, a necessidade em se ter tudo o que se vê, no caso, o que o desejo

pede, mesmo não existindo uma necessidade plausível de uso, mas o simples fato de possuir determinado objeto.

Contudo, é necessário se pensar em uma forma de promover o consumo consciente, buscando assim, repensar as formas de produção e ânsia por promover a reinvenção de produtos existentes, mesmo que está estratégia possa implicar em redução de capital a algumas empresas, buscando assim, um equilíbrio entre economia e meio ambiente.

3.2 A obsolescência programada

Pode-se dizer que a obsolescência programada é criação da sociedade de consumo, e mais especificamente do chamado consumismo. Cabe uma distinção feita por Bauman (2008) entre consumo e consumismo. Para o autor, o consumo é um elemento inseparável da própria sobrevivência biológica, já a “revolução consumista” surge bem mais tarde com a passagem do consumo ao consumismo.

Logo, em reforço aos apontamentos efetuados anteriormente, é perceptível que a sociedade de consumo e sua influência junto à obsolescência programada promovem o consumismo desenfreado, a necessidade em se ter tudo o que se vê. No caso, o que o desejo de “possuir” pede mesmo não existindo uma necessidade plausível de uso mas o simples fato de possuir determinado objeto.

Para Magera e Conceição (2014) os consumidores têm a necessidade de consumir por *status*, para mostrar vantagem frente aos demais e que o mercado através da publicidade valida este sentimento perante a sociedade. Contudo todo esse esforço em proporcionar e saciar a satisfação no indivíduo, gera esforço em se possuir os produtos mais novos, mais modernos e com um alto índice de tecnologia como diferencial e que ainda proporcione o sentimento de sucesso verticalizado.

Deste modo fica a questão: qual a preocupação da sociedade com os descartes dos produtos eletrônicos promovidos pela estratégia da obsolescência programa da indústria? Para esta pergunta, Carvalho (2013) diz que as consequências ambientais, promovidas pelos descartes são discussões constantes em busca de soluções alternativas tanto no âmbito público como privado os quais trabalham em benefícios do desenvolvimento de políticas públicas que se voltem para conscientização e ações eficazes a proteção ambiental.

O fato de existir discussões entre o setor público e privado não demonstra que há interesses em solução. Pois, é necessário que exista a interferência do setor público com a regulação através da criação de leis em um primeiro momento, e o setor privado desta maneira visa fazer suas adequações.

As quais podem citar: a) Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; b) Convenção de Basileia - Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito; e, c) Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

A criação destas leis demonstra que existe interesse por parte do setor público em criar as mudanças. Contudo não é possível afirmar que tais leis são obedecidas rigorosamente e tão pouco provar a compreensão da sociedade para a execução e obediência às leis.

Pode-se perceber que mesmo leis vigentes e com órgão reguladores várias empresas e até mesmo indivíduos, preferem viver a margem da lei, jogando dejetos/objetos em rios, vales e até mesmo acumulando-os na rua, estaria tal fato ligado à falta de mão de obra por parte dos órgãos reguladores em fazer valer a lei? Ou culturalmente indústrias e indivíduos preferem “correr o risco” de serem autuados e recorrerem a outros artifícios do judiciário?

Deste modo, fazer valer as leis e se utilizar de canais de denúncia já seria um sinal de boa vontade daqueles que acreditam na possibilidade de um futuro melhor. É necessário

se preciso pensar em uma forma de promover o consumo consciente, buscando assim, repensar as formas de produção e ânsia por promover a reinvenção de produtos existentes, mesmo que esta estratégia possa implicar em redução de capital a algumas empresas, buscando assim, um equilíbrio entre economia e meio ambiente.

4 A SOCIEDADE DE RISCO E SUAS INQUIETAÇÕES

A sociedade de consumo e suas estratégias contextualizam a hipótese de riscos futuros em que o paradigma da modernidade promove com muita rapidez a crise entre o homem e a natureza, bem como as mudanças que a modernidade está proporcionando a sociedade Beck (2010). Dentre os casos retratados na obra “Sociedade de Risco, Rumo a uma outra modernidade”, Beck (2010), aponta as inúmeras catástrofes ocorridas ao longo da história de nossa sociedade, que participou de guerras, desastres nucleares e a insanidade de homens que através de suas “tecnologias” proporcionaram a destruição em massa e agressão constante a natureza.

Estes fatos, acompanhados do desgaste a sociedade proporcionado pela revolução industrial, a qual presencia o final de seu ciclo, abre espaço para era da tecnologia e conhecimento. Nessa “era” uma vez que o homem começa a perceber que as suas “raízes”, entendidas em muitas situações como verdadeiros dogmas, a exemplo da religião, casamento gera grande instabilidade o que Beck (2010) aponta como promotora da sociedade de riscos.

Beck (2010) apresenta um empobrecimento da própria civilização. Esta passa a contemplar os mais absurdos desastres, em que o homem passa a ser submetido, contando com ações embasadas no capitalismo, que propicia e instiga a própria maldade, e assim, constitui um cenário de catástrofe eminente. Sendo assim, a busca em se apresentar o fim da contraposição sociedade *versus* natureza, argumentando que a sociedade é a própria natureza, acaba sendo questionada. Comprovações científicas são confrontadas juntamente com a evolução tecnológica, sendo que estas caracterizam impactos devastadores em um futuro próximo junto a ecologia e a sociedade nela inserida.

A modernidade descrita por Giddens (1991, p.11) “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”, é perceptível que estes movimentos não ocorrem de uma forma isolada, estes “contaminam” a sociedade e se expandem. Mesmo o apontamento para situações coletivas, promovem no ser humano uma preocupação única e exclusivamente com ele mesmo, de forma individual.

Lash (1995, p.140) diz que:

“Conforme o mundo vai assumindo um aspecto cada vez mais ameaçador, a vida torna-se uma interminável busca de saúde e bem-estar através de exercícios, dietas, drogas, regimes espirituais de vários tipos, auto ajuda psíquica e psiquiátrica. Para aqueles que perderam o interesse pelo mundo exterior, exceto na medida em que ele permanece uma fonte de gratificação e frustração, o estado de sua própria saúde torna-se uma preocupação totalmente absorvente”

Neste sentido, é possível entender que a tecnologia está atrelada aos efeitos da modernidade por uma via de mão dupla. Surgindo como uma hipótese de solução as diversas crises da sociedade, ao mesmo tempo em que promove o questionamento quanto a estar sendo a mola propulsora da extinção da própria natureza através de seus processos produtivos cada vez mais “eficazes” e proporcionando o ciclo de novos produtos “descartáveis”.

Dessa forma, uma resposta simples à questão proposta neste ensaio “Existe por parte da sociedade a preocupação com a natureza, já que está passa a ser impactada diretamente pelas indústrias as quais procuram atender uma demanda de consumo de forma desenfreada?”, seria dizer que a mesma tecnologia que promove o crescimento da produção e o descarte de

detritos, promove também a movimentação da economia. Sendo que, esta última, por sua vez, mantém e gera resultados financeiros ao homem, o lucro para quem detém o capital ou simplesmente como recursos de sobrevivência para o homem comum em seu ciclo de vida.

Percebe-se então, que a sociedade vive uma contradição de assistir a extinção da natureza em prol da sobrevivência motivada pelo ganho e o desejo de consumo e por sua vez percebe que está destruindo toda ecologia ao qual está inserido e desta forma promovera a extinção das fontes naturais às quais serão necessárias para a perpetuação da própria espécie.

Deste modo, rever os processos pertinentes às motivações das indústrias em benefício do lucro majorado ou simplesmente da ganancia em se apropriar cada vez mais de bens, se torna necessário e urgente já que as soluções paliativas para preservação da natureza proposta pelo capitalismo não tem apresentado resultados positivos ao ponto de promover sua reconstituição frente à delapidação promovida ao longo dos tempos pelos processos impostos pelas próprias indústrias.

Nesse contexto, a necessidade de se refletir acerca dos problemas com os descartes de “lixos eletrônicos” não pode ser compreendida como um problema voltado somente à degradação da natureza, uma vez que existe por de trás o fator econômico que está relacionado a geração de renda através dos empregos que as organizações possibilitam através da industrialização de novos produtos, sendo assim, temos um dilema promovido entre preservação da natureza e o fato de mudar as formas da qual o capitalismo atua.

Foladori (2001) se posiciona acerca da externalidade da exposição aos impactos ambientais. Para ele, estes não devem ser tratados com fatos pontuais e afastados, mas pondera em apontar que estes são fruto de impasses internos provenientes dos modos de produção da sociedade. O autor mostra-se a favor de uma consciência coletiva tanto em fatores de decisão ambiental tanto para uma economia política. Foladori (2001), O'Connor (2002) e Beck (2010) comungam de que os impactos provocados pelo capitalismo e suas formas de conduzir os meios de produção estão de fato a exterminar a natureza.

Porém, a própria sociedade necessita se conscientizar ao fato de que o caminho tomado pode ser irreversível e atuar junto ao estado exigindo leis mais contundentes, a exemplo de outros países, cobrar que as próprias empresas produtoras pelos objetos, sejam também responsáveis pelos descartes dos mesmos.

Quanto ao capitalismo promovido pelas corporações industriais, existe uma resistência muito grande quanto à flexibilização de seus processos, em detrimento da redução de lucros para promover menores impactos aos descartes junto à natureza, , fazendo reflexões quanto ao olhar lançado aos processos capitalistas e seus *trade-offs*, reforçando que o que sempre é priorizado são relações de lucro e todo o demais é segundo plano.

Desta forma, refletir sobre os processos que promovem a sociedade de risco e questionar as formas atuais com que as empresas tratam seus produtos depois que já foram comercializados obriga a sociedade atual cobrar que as empresas tenham a obrigação de assumir as responsabilidades pelo descarte dos produtos por eles lançados no mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de risco pode ser associada a sociedade moderna, não de forma voltada a destruição total como as passagens apocalípticas que constam na bíblia, mas no sentido de promover ao homem uma inquietação quanto a seu futuro e estas incertezas estão atreladas a proposição dos riscos.

A manifestação da preocupação da sociedade quanto aos descartes dos produtos eletrônicos é latente quanto movimentos e ações da própria sociedade no tocante consumo e obsolescência de produtos são estratégias de sobrevivência criadas pelo próprio homem. Entretanto, é salutar lembrar que isso se deu não a senso comum. Conforme comentado

anteriormente, não foram soluções de subsistência, mas sim de estratégia de um sistema econômico complexo e que possui vida própria, independente das articulações homem e que articulam também em prol do mesmo homem.

Tais movimentos muitas vezes deixam de contemplar todos os seres envolvidos no processo de desenvolvimento e com uma visão tecnocrata buscam dar soluções a seus impasses baseados em soluções unilaterais. Sendo assim, as hipóteses voltadas a soluções são da maior ordem de complexidade e as hipóteses mencionadas podem soar como ingênuas, mas como tal devem ser tratadas e aprofundadas em estudos e pesquisas que possam promover maiores questionamentos ao ponto de não possuírem mais outra saída a não ser implementar novos processos.

A preocupação da sociedade se evidencia com a criação de leis que geram o sentimento de que o estado está a promover a solução. Porém, se não existirem responsáveis por executar as leis as mesmas serão apenas referências.

Contudo, nota-se que a esperança de conscientização da sociedade como um todo, por muitos não considera a ganância do homem em buscar mais lucros e com isto criar artimanhas para “burlar” as leis ocorre com frequência. Isso porque, se a consciência das pessoas estivesse voltada para a perpetuação de toda espécie, não somente o seu ganho individual não seria ingenuidade acreditar nas leis, contudo, uma hipótese de solução rápida e prática.

Não obstante as adversidades promovidas pelos avanços tecnológicos e pela necessidade de consumo, não parecem estar atuando de forma a frear sua abrangência o que pode sinalizar riscos maiores as questões aqui apresentadas já que o consumo a princípio é o que mantém o sistema econômico atual “vivo”, e a degradação da natureza e a obsolescência passam a ser elementos dentro do processo maior administrado pelo capitalismo.

A sociedade por sua vez necessita proporcionar para as novas gerações a conscientização da causa e efeito acerca do consumismo e a estratégia da obsolescência em prol da preservação da natureza, buscando através de orientação uma reflexão sobre a urgência de revisão do sistema capitalista, ao qual se volte para um capitalismo “sustentável”. Repensar novas formas de atuação em benefício da perpetuação da humanidade e que este proporcione as gerações futuras maiores chances para sua sobrevivência de forma a harmonizar com a natureza que por sua vez deve ser um tema discutido nas bases do ensino brasileiro, visando desta maneira propiciar que a sociedade possa ser formada com a possibilidade de escolhas e não somente aceitar o que há tempos é imposto pelo sistema atual.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo**: a transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

BECK, U. **Sociedade do Risco**: Rumo a uma outra Modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm#_blank>. Acesso em 10/02/2018

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção de Basiléia - Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/convencao-de-basileia>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CARVALHO, C. R. S. A sociedade de risco e o descarte de computadores. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, p. 264-275, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Vol 2. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1991.

LASCH, C. **Haven in a Heartless World: the family besieged**. New York: W.W. Norton II, 1995.

LIMA, D. N. **Consumo: uma perspectiva antropológica**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGERA, M. C.; CONCEIÇÃO, J. T. Obsolescência Programada Tecnologia a Serviço do Capital. **INOVAE - Journal of Engineering and Tecnnology Innovation**, v. 2, p. 90-105, 2014.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de población**, v. 6, n. 24, p. 27-52, 2002.

SILVA, M. B. O. Obsolescência programada e Teoria do Decrescimento frente ao Desenvolvimento e ao Consumo. **Veredas do Direito**, v. 9, n. 17, p. 181-196, 2012.

SILVA, E. ; OLIVEIRA, H. M. ; SILVA, P. M. Consumismo, obsolescência programada e a qualidade de vida da sociedade moderna. **Educação Ambiental em Ação**, v. 53, Ano XIV, 2015.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: A Economia da Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.